

Ouvidoria Geral de Justiça

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Informativo da Ouvidoria Geral do TJPE

Atos normativos
Decisões judiciais

Compilado do mês de dezembro de 2020

Diagramação

Assessoria de Comunicação Social/TJPE



OUVIDORIA
GERAL



TJPE

Atos normativos

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Atos

ATO Nº 936 DO TJPE, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA A CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DOS EMOLUMENTOS CARTORÁRIOS E TSNR (TAXA DE SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO), BEM COMO SEUS RESPECTIVOS VALORES MÍNIMO E MÁXIMO, NO PERCENTUAL DE 4,311090 %, CORRESPONDENTE AO IPCA (IBGE) ACUMULADO NO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2019 A NOVEMBRO DE 2020, COM EFEITOS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2021.

- Atos conjuntos

ATO CONJUNTO Nº 41 DO TJPE, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

INSTITUI, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, O SISTEMA INFORMATIZADO DE CONSULTA ÀS NORMAS INTERNAS – SINOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO CONJUNTO Nº 42 DO TJPE, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

ESTABELECE MEDIDAS PREVENTIVAS À DISSEMINAÇÃO DO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO CONJUNTO Nº 43 DO TJPE, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA DIFERENCIADA DOS EXECUTIVOS FISCAIS NAS COMARCAS DE PAULISTA, OLINDA E CAMARAGIBE.

ATO CONJUNTO Nº 44 DO TJPE, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O CADASTRO ELETRÔNICO DE PERITOS, ENTIDADES E ÓRGÃOS TÉCNICOS OU CIENTÍFICOS - CPTEC, EM CASO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Instruções normativas

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14 DO TJPE, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO TJPE N. 436, DE 20 DE JULHO DE 2020.

- Instruções normativas conjuntas

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 26 DO TJPE, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

INSTITUI O PLANO DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS AGENTES DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

- Portarias

PORTARIA Nº 37 DO TJPE, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

INSTITUI, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, O NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS, VINCULADO À ESTRUTURA DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTOS DE PRECEDENTES (NUGEP), SOB A DENOMINAÇÃO NUGEPNAC.

PORTARIA Nº 39 DO TJPE, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020 NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

- Portarias conjuntas

PORTARIA CONJUNTA Nº 23 DO TJPE, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020

IMPLEMENTAR, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, O “ JUÍZO 100% DIGITAL ”, NOS MOLDES DA RESOLUÇÃO NO 345 DE 9 DE OUTUBRO DE 2020 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; DESIGNAR UNIDADES JUDICIÁRIAS PARA ATUAÇÃO COMO ‘PILOTO’ E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Projetos de resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16 DO TJPE, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA A RESOLUÇÃO NO 302, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, OS NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AS COMPETÊNCIAS E AS ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS ÓRGÃOS GESTORES E UNIDADES ADMINISTRATIVAS QUE INTEGRAM OS SERVIÇOS AUXILIARES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17 DO TJPE, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA A RESOLUÇÃO NO 302, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, OS NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AS COMPETÊNCIAS E AS ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS ÓRGÃOS GESTORES E UNIDADES ADMINISTRATIVAS, QUE INTEGRAM OS SERVIÇOS AUXILIARES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18 DO TJPE, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

EMENDA MODIFICATIVA À RESOLUÇÃO 410, DE 22 DE MAIO DE 2018, DANDO NOVA REDAÇÃO À NORMA CONTIDA NO §1º DO SEU ART. 6º.

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 441 DO TJPE, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

INSTITUI O PLANO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS MAGISTRADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

RESOLUÇÃO Nº 442 DO TJPE, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO PARA MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) COM DEFICIÊNCIA, NECESSIDADES ESPECIAIS OU DOENÇA GRAVE OU QUE SEJAM PAIS OU RESPONSÁVEIS POR DEPENDENTES NESSA MESMA CONDIÇÃO.

RESOLUÇÃO Nº 445 DO TJPE, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A AGREGAÇÃO DE COMARCAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, NOS MOLDES DISCIPLINADOS NO ART. 9 O DA RESOLUÇÃO N. 184, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

- Termos de cooperação técnica

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 5 DO TJPE, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

O OBJETO DESTES TERMOS É DISCIPLINAR A COOPERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES PARA A REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS/SESSÕES VIRTUAIS DE CONCILIAÇÃO DOS PROCESSOS PAUTADOS PARA A 15ª SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO, NA COMARCA DO RECIFE, ESTADO DE PERNAMBUCO, NOS TERMOS DO ATO DE ADESÃO À SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, N.º 496, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020, DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, POR MEIO DA INDICAÇÃO DE ADVOGADOS REGULARMENTE HABILITADOS, MEMBROS OU COLABORADORES DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA OAB/PE, PARA ATUAÇÃO VOLUNTÁRIA E GRATUITA NAS COMARCAS DE RECIFE, JABOATÃO E OLINDA/PE, NA QUALIDADE DE CONCILIADORES, SUPLETIVAMENTE AOS CONCILIADORES JUDICIAIS DO TJPE, DURANTE OS EVENTOS DA 15ª SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 27 DO STJ, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA A RESOLUÇÃO STJ/GP N. 19/2020, QUE ESTABELECE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- Portarias

PORTARIA Nº 271 DO CNJ, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

REGULAMENTA O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO.

- Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 83 DO CNJ, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

RECOMENDA AOS TRIBUNAIS BRASILEIROS O ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS, AVALIAÇÃO DA EQUIPE INTERPROFISSIONAL, PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA E/OU CURSO DE PREPARAÇÃO PARA ADOÇÃO E OUTROS ATOS PROCESSUAIS POR MEIO DE VIDEOCONFERÊNCIA, ENQUANTO PERDURAR O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, RECONHECIDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 06/2020, EM RAZÃO DA PANDEMIA MUNDIAL POR COVID-19.

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 358 DO CNJ, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

REGULAMENTA A CRIAÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PELO PODER JUDICIÁRIO POR MEIO DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO.

RESOLUÇÃO Nº 359 DO CNJ, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

INSTITUI O COMITÊ NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.

RESOLUÇÃO Nº 361 DO CNJ, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINAR A ADOÇÃO DE PROTOCOLO DE PREVENÇÃO A INCIDENTES CIBERNÉTICOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO (PPICIBER/PJ).

RESOLUÇÃO Nº 362 DO CNJ, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020

INSTITUI O PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO PARA ILÍCITOS CIBERNÉTICOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO (PGCC/PJ).

PODER EXECUTIVO

GOVERNO DE PERNAMBUCO

- Decretos

DECRETO Nº 49.891 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA O DECRETO NO 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL NO 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECRETO Nº 49.959 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

MANTÉM A DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO “ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA”, NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS.

PODER LEGISLATIVO

CONGRESSO NACIONAL

- Leis

LEI Nº 14.110, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA O ART. 339 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL), PARA DAR NOVA REDAÇÃO AO CRIME DE DENUNCIÇÃO CALUNIOSA.



Decisões judiciais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Persecução penal

TJPE homologa o primeiro Acordo de Não Persecução Penal no 2º Grau

TRIBUNAIS SUPERIORES

- Conflito de competência

Ação de despejo não é vinculada ao juízo da recuperação judicial

- Contratos bancários

Segundo o STJ, contrato bancário realizado por analfabeto não depende de outorga pública

- Contratos de plano de saúde

Reembolso por recusa indevida não se limita ao teto do plano de saúde

Cláusula de coparticipação em internação superior a 30 dias por transtorno psiquiátrico é legal, decide o STJ

Três teses sobre condições assistenciais de plano da saúde para beneficiários inativos são fixadas pelo STJ

- Controle de constitucionalidade

Suprema Corte mantém suspensão cobrança de cheque especial não utilizado

Fazenda Nacional não pode decretar indisponibilidade de bens sem ordem judicial

STF declara a inconstitucionalidade de lei estadual que proibia a cobrança por instituições financeiras de taxas caracterizadas como despesa acessória

É inconstitucional limite de idade para ingresso na magistratura

Leiloeiros não podem exercer comércio ou constituir sociedade

Lei que proíbe o corte de energia elétrica durante a pandemia é mantida pelo STF

Estados e municípios poderão comprar vacina sem registro na Anvisa

Lei da PB que suspende pagamento de consignado na pandemia é inconstitucional

Lei estadual que reduz mensalidade de instituições de ensino é inconstitucional

STF afasta a aplicação da Taxa Referencial na atualização de créditos trabalhistas

- Desapropriação

Suprema Corte reafirma juros compensatórios de 6% em desapropriações

- Direito de família

Penhora de bem de família para ressarcimento de crime exige condenação definitiva em ação penal

STF nega o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas

- Direito de propriedade

A existência de área inferior ao módulo estabelecido em lei municipal não impede o reconhecimento de usucapião extraordinária

- Direito do consumidor

Limitar retenção por desistência de compra de imóvel não fere liberdade de contratar

- Garantias contratuais

É impenhorável imóvel de família oferecido como caução em contrato de locação

- Liquidação extrajudicial

Cooperativa em liquidação extrajudicial não pode ter ações contra si suspensas por mais de dois anos

- Pensão alimentícia

Participação nos lucros e rendimentos não integram automaticamente o cálculo de pensão alimentícia

- **Questões processuais**

Segundo o STJ, julgamento ampliado iniciado sem a presença de todos os julgadores não gera nulidade

Ocorrência de julgamento virtual após manifestação da defesa pela realização de sustentação oral gera nulidade

É cabível agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas nos processos de recuperação judicial e de falência

Parte que dispensou arbitragem não pode invocá-la em outro processo sobre o mesmo contrato

- **Recuperação judicial**

Na recuperação judicial, MP pode recorrer contra honorários do administrador em valor máximo

STJ julga válida cláusula que impede credores de buscarem créditos contra garantidores coobrigados

Marco para a submissão de crédito à recuperação judicial é a data do fato gerador

Data do fato gerador define se crédito deve ser submetido aos efeitos da recuperação judicial

- **Responsabilidade civil**

Data da cirurgia é o marco inicial para pagamento de pensão por erro médico

4ª Turma do STJ vincula dano moral a interesses existenciais e afasta indenização por frustração do consumidor

STJ aprova nova súmula que trata de ação por dano moral